

Deficiência Intelectual no Brasil: Aspectos Históricos, Sociais, Culturais e Pedagógicos

Intellectual Disability in Brazil: Historical, Social, Cultural, and Pedagogical Aspects

Discapacidad Intelectual en Brasil: Aspectos Históricos, Sociales, Culturales y Pedagógicos

2024



Flávio Aparecido de Almeida^{1*} , Emanuel José Schneider Neto² 

¹ Doutor em Ciências da Educação, Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil.

² Graduando do curso de Pedagogia, Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil.

* Correspondência para: flavio.a.almeida@hotmail.com

RESUMO

A Deficiência Intelectual é uma condição que afeta a vida de milhões de pessoas a nível global, com limitações no funcionamento intelectual, comportamental e adaptativo. A história da mesma revela preconceitos e avanços na compreensão e inclusão escolar e social. No Brasil, a preocupação com a Deficiência Intelectual intensificou no século XX, com esforços para educação e inclusão, sendo necessárias práticas educativas que considerem suas necessidades específicas e o acesso ao atendimento educacional especializado. Nesse sentido, este artigo utilizou-se da metodologia qualitativa, a partir de revisão bibliográfica de artigos, teses e documentos, que discorrem acerca da temática. Assim, serão apresentados os aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos.

Palavras-chave: deficiência intelectual; inclusão; educação; atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

Intellectual Disability is a condition that affects the lives of millions of people globally, with limitations in intellectual, behavioral, and adaptive functioning. Its history reveals prejudices and advances in understanding and school and social inclusion. In Brazil, concern for Intellectual Disability intensified in the 20th century, with efforts for education and inclusion, requiring educational practices that consider their specific needs and access to specialized educational services. In this sense, this article used qualitative methodology, based on a literature review of articles, theses, and documents discussing the topic. Thus, historical, social, cultural, and pedagogical aspects will be presented.

Keywords: intellectual disability; inclusion; education; specialized educational assistance.

RESUMEN

La Discapacidad Intelectual es una condición que afecta la vida de millones de personas a nivel global, con limitaciones en el funcionamiento intelectual, conductual y adaptativo. Su historia revela prejuicios y avances en la comprensión e inclusión escolar y social. En Brasil, la preocupación por la Discapacidad Intelectual se intensificó en el siglo XX, con esfuerzos para la educación e inclusión, requiriendo prácticas educativas que consideren sus necesidades específicas y el acceso a la atención educativa especializada. En este sentido, este artículo utilizó la metodología cualitativa, a partir de la revisión bibliográfica de artículos, tesis y documentos que tratan sobre el tema. Así, se presentarán los aspectos históricos, sociales, culturales y pedagógicos.

Palabras Clave: discapacidad intelectual; inclusión; educación; atención educativa especializada.

RECEBIDO:
02/2024

ACEITO:
04/2024

PUBLICADO:
04/2024



1 INTRODUÇÃO

A Deficiência Intelectual (DI) é uma condição que impacta significativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual, comportamental e atividades da vida diária, que se manifestam antes dos 18 anos de idade. Esta condição impacta e influencia na forma como uma pessoa pensa, se comunica, aprende e realiza atividades do dia a dia. Compreender a complexidade dessa condição requer uma análise a partir de lentes históricas, sociais, culturais e pedagógicas. Ao longo da história, a percepção da DI tem evoluído, mas ainda enfrenta desafios significativos em termos de inclusão, reconhecimento social e garantia de direitos.

Os aspectos históricos da DI revelam uma trajetória marcada por preconceitos e discriminação, mas também por avanços significativos na compreensão e as intervenções clínicas, pedagógicas e comportamentais dessa condição. Desde a antiguidade até os dias atuais, as pessoas com DI têm sido alvo de estigmas e exclusão, mas também têm demonstrado de modo gradativo a capacidade de adaptação. A luta por direitos e inclusão tem sido uma constante ao longo dos séculos, culminando em importantes marcos legais e sociais que visam garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

No contexto social contemporâneo brasileiro, a falta de acesso aos direitos das pessoas com DI continua sendo um desafio, refletindo-se em barreiras físicas, sociais e culturais que impedem sua plena participação na sociedade. A conscientização e a educação são ferramentas poderosas na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e respeite as diferenças.

2 MÉTODOS

O artigo adota a metodologia qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica de artigos, teses e documentos, para orientar sua abordagem. Esta metodologia envolve a seleção e análise crítica de diversas fontes de literatura existentes sobre o tema, buscando compreender e sintetizar as informações relevantes disponíveis. No contexto deste estudo, a revisão bibliográfica será utilizada para explorar os aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos das pessoas com deficiência intelectual no Brasil.

Ao seguir essa metodologia, o artigo pretende oferecer uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema, contribuindo para o conhecimento e a discussão acadêmica nessa área. Nesse sentido, o artigo adota uma abordagem metodológica que se baseia em princípios científicos rigorosos. Ao seguir a metodologia da revisão bibliográfica, o artigo busca garantir a credibilidade e a precisão das informações apresentadas, efetivando que sua contribuição para o conhecimento acadêmico seja relevante e confiável. Além disso, a intenção é estimular futuras pesquisas e a produção de conhecimentos nessa área, ampliando o debate e a compreensão do tema em questão.

3 RESULTADOS

A DI deve ser analisada através de parâmetros científico-metodológicos que visem decodificar o coeficiente de inteligência (QI) da pessoa por meio de testes neuropsicológicos que apontam com alto grau de precisão a curva cognitiva que o mesmo se encontra. Sendo assim, percebe-se na prática que a pessoa com Deficiência Intelectual possui dificuldades significa-

tivas no que se refere a aquisição e retenção de conteúdos a qual ela é exposta. A capacidade de reter tais informações é um ponto crucial na compreensão e análise da DI.

A pessoa com DI, em sua grande maioria, possui dificuldades no processamento de retenção de informações e armazenamento dos dados ofertados tanto empíricos quanto tangíveis, sendo que a pessoa com Deficiência Intelectual não consegue realizar processos cognitivos complexos que compreendam as diferentes habilidades cognitivas. Muitos possuem dificuldades em reter informações práticas, como o seu próprio nome completo, data de nascimento e filiação, implicando diretamente na questão de sua identidade.

4 DISCUSSÃO

4.1 Aspectos históricos das pessoas com deficiência intelectual

A história da Deficiência Intelectual é marcada por diferentes abordagens, concepções e nomenclaturas. Mesmo havendo várias tentativas para nomeá-la e defini-la, “este é um termo complexo e ainda impreciso” (Dias; Oliveira, 2013, p. 171), levando em conta ainda as “dimensões implicadas no conceito de deficiência, impossível de ser reduzido a uma definição única ou de ser retratado pelo melhor termo” (Pan, 2008, p. 31 *apud* ROSSATO; Leonardo, 2011, p. 73). Bem como, faz-se necessário compreender que as pessoas com DI são atravessadas por fatores sociais, políticos, culturais, ideológicos e religiosos, que influenciam diretamente suas vidas (Oliveira, 2012, p. 17). Nesse sentido, elucida-se que, em relação aos atravessamentos históricos-sócio-culturais, as pessoas com DI são vítimas de graves preconceitos e assédios históricos, decorrentes da sua condição cognitiva, implicando em dificuldades de inclusão no âmbito da vida social, como pessoas cidadãos e de direitos.

As crianças que nasciam em Esparta com alguma deficiência física ou mental eram compreendidas a partir de uma ótica de sub-humanidade, implicando em processos de abandono e eliminação massivos dessas crianças, conforme Rodaski e Gartner (2020, p. 13). “Especialmente entre os gregos, a cultura do corpo perfeito, exigia que todos se aproximassem deste padrão, por isso, conseqüentemente as pessoas com deficiência eram exterminadas”, conforme Antunes (2012, p. 44). Essas práticas evidenciam a valorização de um ideal de perfeição física e mental na sociedade espartana, elucidando a influência das normas sociais na própria concepção daquilo que era o humano. Nesse sentido, é importante compreender a historicidade das concepções de humanidade e sua relação com a formação das identidades sociais. Além disso, ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre as práticas sociais que perpetuam visões excludentes e discriminatórias, considerando que:

Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (Silva, 1996, p. 122 *apud* Rodaski; Gartner, 2020, p. 13).

Na Idade Média, valorizava-se as habilidades relacionadas com a administração e governança de bens, assim como as habilidades relacionadas à prudência e à responsabilidade associadas ao convívio social. Nesse sentido, a designação “idiota” era utilizada para a pessoa que não correspondia com a expectativa social e que agia de forma imprudente e tola (Streda; Vasques, 2022, p. 420). Ainda assim, com a ascensão do cristianismo, advém a concepção de

que todos eram filhos de Deus, possuidores de alma, implicando às pessoas com DI serem tidas como passíveis de caridade ou, conforme a abordagem, tidas como resultado de possessões demoníacas, sendo algumas punidas e outras, até mesmo, condenadas à morte (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 105).

A partir do Iluminismo, o filósofo John Locke (1632-1704) compreendia os processos de abstração como elementos capazes de distinguir “os seres humanos dos seres a ele inferiores. Quanto aos idiotas, parecia evidente a Locke que eles raciocinavam, porém em um nível inferior ao da maioria das pessoas” (Streda; Vasques, 2022, p. 420). Ainda, a pessoa com DI poderia ser educada, mas sem qualquer benefício do poder público para a pessoa ou sua família, sendo ainda considerada um ser inútil para as funções de trabalho social, não resguardando nada além do asilo (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 106-107). Sob essa perspectiva, é possível elucidar a subalternização da pessoa com DI, reconhecida naquele período por expressões pejorativas e uma perspectiva capacitista.

Não obstante às expressões da capacitismo do período do Iluminismo, até o século XVIII a DI era confundida com o quadro das doenças mentais, implicando como seu único processo a institucionalização da pessoa com Deficiência Intelectual, representado pela retirada da mesma do aspecto familiar, no intuito da proteção, tratamento ou como forma educativa (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 103). Nesse sentido, alguns desses elementos se perpetuaram até os próximos séculos, quando outros pesquisadores buscaram compreender melhor o tema da DI.

No final do século XIX, o psiquiatra francês Philippe Pinel utilizou o termo idiotismo para designar um tipo de alienação mental de base orgânica, caracterizado pela falta de desenvolvimento das faculdades intelectuais; entretanto, não deixou claro o que o diferenciava da demência. O clínico e ortofrenista Jean Etienne Esquirol, que foi discípulo de Pinel, modificou o termo – de idiotismo para idiotia – e caracterizou o quadro pela existência de déficit de inteligência generalizado e definitivo, de origem congênita. Esquirol não considerava a idiotia uma doença, mas uma condição mental, que implicava precaríssimo desenvolvimento das faculdades intelectuais e impossibilitava a educação formal. Embora tenha procurado distinguir a idiotia (amência) da loucura (demência), Esquirol, tanto quanto Pinel, enfatizou na primeira o caráter deficitário, o que passaria a ser uma marca distintiva das definições posteriores de deficiência intelectual [...] (Dias; Oliveira, 2013, p. 172).

Ainda no século XIX, houve um processo contrário à institucionalização, sendo o mesmo iniciado pelo fato do elevado custo de manutenção do modelo até então vigente, aliado ao processo de reflexão e revisão, que perpassou a vida das sociedades ocidentais (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 108-109). Nesse sentido, esse dado é relevante no que tange à própria vida da pessoa com DI, pois inicia também um processo de mudança de paradigma em relação à vida e direitos dessa população.

Em relação à DI no século XX, o psicólogo bielorusso Lev Semenovitch Vygotski concebeu o desenvolvimento das crianças tidas como “normais” e as “anormais” como diferenciados, estas últimas caracterizadas pela peculiaridade ontogenética (Bezerra; Martins, 2010, p. 74). Ainda, para ele a Deficiência Intelectual estava relacionada à dimensão social, sendo para ele a mesma como resultado da falha de algum processo no contexto de vínculos sociais, acarretando numa interferência no processo de desenvolvimento infantil. Ainda, para Vygotsky, o conceito de DI “seria o mais difícil e indefinido das deficiências no campo da pedagogia especial, pois suas causas poderiam estar relacionadas tanto as questões orgânicas ou hereditárias, quanto a fatores sociais” (Bezerra; Martins, 2010, p. 76).

No século XX, influenciado por concepções de desenvolvimento fundamentadas na ótica dialógica cultural, emerge a DI como uma forma de desenvolvimento possível, contrapondo a perspectiva da impossibilidade do desenvolvimento intelectual (Dias; Oliveira, 2013, p. 171). Esse marco serve como aporte para novas produções científicas e para a promoção de debates e processos de inclusão nos mais diversos espaços sociais e culturais, reconhecendo a dinamicidade das regiões e culturas.

A inicialmente denominada American Association on Mental Retardation (AAMR), que atualmente é reconhecida como American Association on Intellectual and Developmental Disability (AAIDD), ou em sua tradução à língua portuguesa "Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento", tem contribuído desde 1876, ano de sua fundação, com publicações acerca da DI (Leite, 2022, p. 751). Ainda, a mesma possui grande relevância nas pesquisas e nos estudos realizados acerca da Deficiência Intelectual em nível global. Nesse sentido, a AAIDD apresenta na 11ª edição a expressão "deficiência intelectual" no lugar de "deficiência mental" ou "retardo mental" (Dias; Oliveira, 2013, p. 175). Segundo a mesma edição, a AAIDD define a DI como caracterizada por:

Limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo como é expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência se origina antes dos 18 anos [...]. (AAIDD, 2010, p. 5 *apud* Leite, 2022, p. 752).

Não obstante, (LEITE, 2022, p. 750) a "Organização Mundial da Saúde - OMS (2010) estima que 1 a 3% da população em geral tem DI". Considerando esse dado, é necessário conceber a necessidade de inclusão e participação dessa população na sociedade mundial. Ainda, frisa-se a importância de reconhecer que, considerando a era cristã como recorte temporal, a perspectiva da pessoa com Deficiência Intelectual começa a ser delineada como sujeito de direitos e de inclusão social somente após séculos de preconceitos, assédios e exclusões massivas. Nesse sentido, certamente há um extenso percurso a ser realizado em caráter mundial, regional e nacional, para a efetiva participação cidadã dessa população, assim como o seu reconhecimento.

4.2 Aspectos Sociais e Culturais Brasileiros

No Brasil, começa a haver uma preocupação em relação às pessoas com DI a partir do século XIX, intensificando no século XX, a partir da influência de um movimento surgido de intelectuais e estudiosos europeus e norte-americanos, resultando historicamente em dois períodos, no sentido da pesquisa historiográfica acerca dessa população e da criação de processos sociais de integração (Bezerra; Martins, 2010, p. 77). Nesse sentido, é possível conceber o caráter das produções científicas brasileiras, que até então não abordavam esse assunto nessa perspectiva e tão pouco com este nível de relevância. É possível conceber que havia resquícios da compreensão europeia, que ainda influenciava os valores e concepções no Brasil.

O primeiro período é compreendido entre os anos de 1854 a 1956, que compreende algumas iniciativas oficiais e também de cunho particular, de caráter isolado, que buscavam dar algum suporte às pessoas com Deficiência Intelectual, tendo a elucidação de que não eram reconhecidas por essa expressão, assim como ocorria com as outras pessoas com algum tipo de deficiência (Bezerra; Martins, 2010, p. 77). Este período foi marcado pela criação de institutos para pessoas cegas e surdas-mudas, ainda no século XIX, e de leis educacionais e publicações técnico-científicas para as crianças compreendidas como mentalmente atrasadas, já no início do século XX.

O segundo período é compreendido entre os anos de 1957 a 1993, uma vez que iniciam discussões acerca da educação sistematizada para essa população, perpassando por um viés de cunho nacional, considerando movimentos políticos que visavam tentar compreender essa população, adotando nomenclaturas como “educação de deficientes”, “educação dos excepcionais” e até mesmo “educação especial” (Bezerra; Martins, 2010, p. 78). Esse segundo período apresenta de maneira ainda inicial a preocupação pela inclusão das pessoas com Deficiência Intelectual na sociedade brasileira. Ainda assim, na década de 1990, o Ministério da Educação brasileiro buscava apresentar a inclusão como política sócio-educacional, todavia mantinha a Secretaria de Educação Especial, que defendia percepções antagônicas à política de inclusão (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 110).

4.3 Aspectos da Educação Especial Inclusiva no Brasil

Compreender a Deficiência Intelectual a partir de uma perspectiva de Educação Especial Inclusiva, associada à ótica dos Direitos Humanos, implica em conceber as especificidades, limitações e potencialidades de cada estudante como um elemento de respeito, diversidade e inclusão, considerando as estruturas físicas, sensoriais e cognitivas. “A disseminação da ética inclusiva, a partir da escola, tem impregnado a sociedade e colaborado sobremaneira para a melhoria da qualidade de vida e do acesso à cidadania de pessoas com deficiências” (Dias; Oliveira, 2013, p. 170). Nesse contexto, é importante conceber o compromisso ético da educação escolar como um agente capaz de ampliar a consciência dos sujeitos, a fim de promover o respeito, a participação cidadã, a inclusão e a efetivação dos Direitos Humanos, quando associado a uma estrutura social com aporte significativo de possibilidades.

Em consonância, “a condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. [...] Cabe à escola criar as condições necessárias [...] para a superação de seu próprio limite” (Oliveira, 2009, p. 13-14 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 18). Sob essa perspectiva, a escola deve promover o respeito e a inclusão, numa ótica transdialógica, assim como um agente de possibilidades, no qual o estudante com Deficiência Intelectual possa efetivamente reconhecer suas potencialidades e habilidades, considerando as suas necessidades específicas.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) tem por objetivo “incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência” (Brasil, 2007, p. 27). Considerando todo arcabouço de processos pedagógicos e inclusivos, implicando em uma política sócio-educativa centrada na pessoa com deficiência. Sob essa perspectiva, todavia, (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013, p. 112) o Ministério da Educação é obstaculizado em relação à inclusão, considerando dívidas com instituições filantrópicas relacionadas à área da Educação Especial, que assumiam a função do Estado, bem como a própria defesa da universalização da educação, que tem sido um desafio ainda presente.

É importante frisar ainda que o desenvolvimento do estudante com DI está duplamente associado ao meio social, considerando suas possibilidades e recursos de desenvolvimento e inclusão (Rossato; Leonardo, 2011, p. 82). Acerca disso, no âmbito pedagógico, a inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual requer práticas educativas que considerem suas necessidades específicas, considerando que “é preciso reconhecer as especificidades dos discentes no contato com o conhecimento curricular” (Fonseca, 2016, p. 202). Nesse sentido e considerando a perspectiva da Educação Especial Inclusiva, deve haver o encaminhamento do estudante com DI para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em concomitância ao acesso, partici-

pação e continuidade da matrícula na classe comum, da Educação Básica (Veltrone; Mendes, 2012, p. 361). A partir do acompanhamento com o AEE, é possível desenvolver abordagens centradas nas especificidades do estudante, considerando possíveis adaptações curriculares, usos de recursos tecnológicos e intervenções que devem ser aplicadas pelo professor regente da turma ou do conteúdo, de acordo com o seu nível de escolaridade, a fim de buscar a eficácia nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão e desenvolvimento desse sujeito de forma integrada, potencializando suas habilidades em detrimento das suas dificuldades e limitações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pessoa com Deficiência Intelectual enfrenta desafios históricos, sociais, culturais e pedagógicos que impactam sua inclusão e pleno exercício de direitos. É fundamental promover a conscientização, a Educação Especial Inclusiva e o respeito à diversidade para garantir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. O preconceito e a discriminação são obstáculos significativos para as pessoas com Deficiência Intelectual. Estereótipos e a falta de informação contribuem para a exclusão social e a marginalização dessas pessoas.

Percebe-se que ainda na prática as escolas têm dificuldades significativas em incluir a pessoa com Deficiência Intelectual, pois, apesar de haver várias pesquisas acerca da temática, muitos professores desconhecem principalmente no que tange às possibilidades de intervenções pedagógicas, que deve ser a finalidade do profissional da educação. Para muitos estudantes, o fazer da escola termina após os encaminhamentos pedagógicos feitos a profissionais da saúde, resultando muitas vezes em um diagnóstico que é arquivado em sua pasta institucional, impossibilitando-os de ter acessos e permanência e o direito de aprender negligenciado.

Haverá a concretude de uma Educação Especial Inclusiva verdadeiramente eficaz, que passe dos documentos para abordagens pedagógicas efetivas, somente quando houver professores qualificados e sensibilizados no que tange à dimensão do direito de aprender da pessoa com Deficiência Intelectual, alinhado a políticas públicas que fomentem e assegurem em todas as escolas o Atendimento Educacional Especializado, ofertado por um profissional devidamente habilitado e preparado para intervir nas dificuldades específicas de cada estudantes.

Uma escola comprometida com a emancipação dos sujeitos também busca conscientizar os demais estudantes sob a dignidade que permeia a integridade da pessoa com Deficiência Intelectual. Sendo assim, o mínimo que se espera de uma sociedade inclusiva é: o respeito, a inclusão e o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Declaração de conflitos de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Financiamento

Nenhum financiamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Katiuscia Cristina Vargas *et al.* História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito. 2012. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) - **Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10330/1/Tese_Katiuscia%20Cristina%20Vargas%20Antunes.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

BEZERRA, Milene Ferreira; MARTINS, Paulo César Ribeiro. A concepção de deficiência intelectual ao longo da história. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 73–83, 2010. DOI: 10.26514/inter.v1i3.617. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/617>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p. 2ª Tiragem, atualizada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 01 abr. 2024.

DIAS, S. DE S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. DE. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 2, p. 169–182, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HQwb73v6jhsrVZdw-JfhXvhc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FONSECA, Géssica Fabiely. Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva. 2016. 312f. Tese (Doutorado em Educação) - **Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23029>. Acesso em: 04 abr. 2024.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, [S. l.], n. 10, 2013. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994>. Acesso em: 2 abr. 2024.

LEITE, Madson Márcio de Farias. A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: HISTÓRIA E ESTIGMATIZAÇÃO IMPOSTA AS PESSOAS AO LONGO DOS TEMPOS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 748–760, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i1.3866. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3866>. Acesso em: 1 abr. 2024.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Deficiência Intelectual: os sentidos da cultura, da história e da escola. **Diretoria de Orientação Técnica**. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual do Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Secretaria Municipal de Educação–São Paulo: SME/DOT, p. 15-22, 2012. Disponível em: https://www2.assis.unesp.br/egalhard/docs/Raadi_Fund1.pdf#page=16. Acesso em: 29 mar. 2024.

RODASKI, J. I.; GARTNER, G. P. S. M. Deficiência intelectual: análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (2010-2015). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 11–22, 2020. DOI: 10.36311/2358-8845.2020.v7n2.p11. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7759>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ROSSATO, S. P. M.; LEONARDO, N. S. T.. A deficiência intelectual na concepção de educadores da Educação Especial: contribuições da psicologia histórico cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 1, p. 71–86, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/pdnQzLVYr-JRPTCdCpsyw76t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2024.

STREDA, C.; VASQUES, C. K.. Síndrome de Down e Deficiência Intelectual: História e Lógica de uma Associação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, p. e0085, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PVmj9HscSrG8NY7kXJnSXF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2024.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. IMPACTO DA MUDANÇA DE NOMENCLATURA DE DEFICIÊNCIA MENTAL PARA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, 2013. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i2.235. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6537>. Acesso em: 28 mar. 2024.